

Dificuldades no plano de extinção ^{SJ.} *das chamadas «forças irregulares»* ^{15/11} ⁹³

Divergências entre o Governo e a Renamo sobre o que são forças irregulares estão a criar um novo impasse no processo de paz moçambicano.

A manter-se, este impasse poderá vir a pôr em causa o cumprimento do prazo de 30 de Novembro para o início do acantonamento das tropas do Governo e da Renamo.

A Comissão de Cessar-Fogo reuniu-se de novo para discutir o plano de extinção das forças irregulares.

A aprovação do plano deverá anteceder o início do acantonamento e a sua aplicação será feita em simultâneo com o encaminhamento das tropas para as áreas de acantonamento.

O Governo moçambicano considera uma «questão essencial» a apresentação em simultâneo pela Renamo das listas das suas forças irregulares, segundo declarou o ministro do Trabalho, Teodato Hunguana.

Mas a Renamo afirmou, pela voz do seu represen-

tante na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), Raúl Domingos, que o seu movimento não tem forças irregulares.

«É uma invenção deles», disse o chefe do Departamento Político da Renamo, acrescentando que os «majibas», que o Governo diz serem elementos irregulares do seu movimento, eram informadores e guias desta organização.

Aqueles elementos, acrescentou Raúl Domingos, eram naturais das zonas em que a guerrilha da Renamo operava e «não estavam armados».

Hunguana, número dois da delegação governamental na CSC, considerou que «uma coisa é o discurso da Renamo sobre a extinção das forças irregulares, outra coisa é a realidade», frisando que existem contradições nas declarações do movimento de Afonso Dhlakama.

Segundo ele, a Renamo já declarou que «desmobilizou» os seus irregulares, o que significa para o ministro que o movimento os

tem.

O ministro acusa o movimento da oposição de pretender «arrumar realidades fora do processo», o que vai contra o que foi combinado.

«O Governo está pronto para apresentar as listas das suas forças irregulares» — frisou — mas considera uma «questão essencial» a apresentação simultânea pela Renamo das listas dos seus irregulares a extinguir, segundo Hunguana.

O ministro manifestou no entanto a esperança de que estas divergências não venham a impedir o cumprimento dos calendários aprovados. «Não vejo razão para isso», declarou Hunguana.

A extinção das forças irregulares foi uma condição prévia pela Renamo ao acantonamento das suas tropas.

Mas depois da visita a Moçambique do secretário-geral da ONU, Butros Ghali, chegou-se a entendimento de que essa extinção ocorreria em simultâneo com o acantonamento a iniciar até 30 deste mês.